

Nos bastidores do Sesquicentenário

A reedição do livro *História da Independência da província do Maranhão (1822-1828)*, de Luís Antônio Vieira da Silva

Behind the scenes of the Sesquicentenary: the re-edition of the book *História da Independência da província do Maranhão (1822-1828)*, by Luís Antônio Vieira da Silva /
Detrás de escena del Sesquicentenario: la reedición del libro *História da Independência da província do Maranhão (1822-1828)*, de Luís Antônio Vieira da Silva

Marcelo Cheche Galves

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), Brasil. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, nível 2.
marcelochecheppg@gmail.com

RESUMO

O texto explora elementos que conformaram a reedição, em 1972, do principal livro sobre a Independência do Maranhão, publicado em 1862. Para tanto, aborda: a decisão de reeditá-lo, ante outras possibilidades situadas em ambiente de disputas intelectuais; certa leitura sobre quais contribuições seu conteúdo ensejava para aquele momento de efeméride; e o formato, com modificações e acréscimos, que o aproximou das comemorações do Sesquicentenário.

Palavras-chave: Sesquicentenário da Independência; Maranhão; historiografia.

ABSTRACT

The text explores elements that formed the re-edition, in 1972, of the main book about the Independence of Maranhão, published in 1862. For this purpose, it approaches: the decision to reprint it, in the face of other possibilities situated in an atmosphere of intellectual disputes; some reading about what contributions its content provided for that moment of commemoration; and its formatting, with modifications and additions, which brought it closer to the sesquicentennial celebrations.

Keywords: Sesquicentenary of the Independence; Maranhão; historiography.

RESUMEN

El texto explora elementos que formaron la reedición, en 1972, del principal libro sobre la Independencia de Maranhão, publicado en 1862. Con ese fin, trata de: la decisión de reeditar, frente a otras posibilidades posicionadas en un ambiente de disputas intelectuales; alguna lectura sobre qué aportes brindó su contenido para aquél momento de efeméride; y el formato, con modificaciones y adiciones, que lo acercó a las celebraciones del Sesquicentenario.

Palabras clave: Sesquicentenario de la Independencia; Maranhão; historiografia.

Nas últimas duas décadas, uma renovada historiografia dedicada ao Sesquicentenário da Independência vem explorando tais comemorações em sentidos diversos, mas convergentes no compromisso de melhor compreender as conexões entre aquele presente do “milagre brasileiro”, as formas de apropriação de um passado glorificado e os recursos acionados para a viabilização de uma festa nacional, sincrônica e sacralizada, componentes da “comunidade imaginada”, pensada por Benedict Anderson (2008) e presente em alguns desses trabalhos.¹

As comemorações do Sesquicentenário da Independência, organizadas pela ditadura civil-militar, tomaram forma a partir do decreto n. 69.344, de 8 de outubro de 1971, que criou uma comissão nacional para a organização dos festejos, complementado pelo decreto n. 69.922, de 13 de janeiro de 1972, que instituiu a Comissão Executiva Central (CEC), com o intuito de coordenar as atividades.

O contínuo das celebrações abrangeu especialmente o período entre abril e setembro de 1972, tempo delimitado pelas homenagens a Tiradentes e à chegada dos portugueses à América, e pelo ato emancipatório de d. Pedro I.² O imperador, personagem eleito como figura central das celebrações, pautou esse contínuo, que incluiu: o desembarque dos seus restos mortais no Rio de Janeiro, em 22 de abril; uma espécie de peregrinação cívica dos restos mortais pelos estados brasileiros; e a inumação no monumento do Ipiranga, em 6 de setembro de 1972, ato que precederia o grande desfecho do dia seguinte.³

Nesse ínterim, um conjunto diverso de atividades foi organizado por todo o país a partir da CEC, articulada a comissões executivas estaduais, como ensina Janaína Cordeiro (2012, p. 18, grifo nosso):

A partir da CEC, foram criadas Comissões Executivas Estaduais (CEE's), responsáveis pela integração dos respectivos estados aos eventos nacionais, respeitando, não obstante, as especificidades locais e regionais, suas datas e seus heróis, criando marcos e incentivando as efemérides particulares de cada região do país [...].

1 Essa renovada historiografia sobre o tema tem entre seus representantes: Cleodir Moraes (2006), Adjovanes Almeida (2009), Janaína Cordeiro (2012), Thaisy Sosnoski (2013) e Fabrício Moraes (2015). O livro de Benedict Anderson possui três edições brasileiras, em 1983, 1991 e 2008.

2 Antes de abril, foram celebradas datas como o Dia do Fico e a Abertura dos Portos (ambas em janeiro), e a “revolução de 64”, no final de março. Campanhas publicitárias tomaram corpo a partir do mês de março, ver: Janaína Cordeiro (2012, p. 109-122).

3 A solicitação do traslado dos restos mortais do imperador depositados em Portugal foi feita pelo governo brasileiro em julho de 1971. Os dois momentos, de desembarque e de inumação, contaram com a participação das duas maiores autoridades políticas de Portugal, respectivamente, o presidente Américo Tomás e o chefe de governo, Marcelo Caetano. Uma descrição sobre essa participação pode ser consultada em José Calvet de Magalhães (1997, p. 90-91). Para uma sistematização, de caráter oficial, do trabalho da CEC, ver o relatório do general Antônio Jorge Correia (1972), que presidiu a comissão.

Sobre as “especificidades locais”, noção que compreende infinitas possibilidades, observáveis por intermédio da proporção/abrangência que os festejos tomaram, cumpre lembrar que para algumas das então províncias do Norte a efeméride comportou certo desconforto e a necessidade de um “ajuste cronológico” em relação a setembro de 1822, sobreposto a julho/agosto de 1823, tempo de incorporação das províncias da Bahia, Maranhão e Grão-Pará.⁴

No Maranhão, as celebrações da Independência incluíram a inauguração de trechos de grandes obras, como da rodovia Transamazônica – símbolo da integração nacional que se propalava –, e momentos de ampla mobilização, como aquele provocado pela presença dos restos mortais do imperador na cidade de São Luís, nos dias 13, 14 e 15 de julho.⁵ Incluiu ainda um impulso momentâneo à produção historiográfica sobre o tema, até então secundarizada,⁶ com a edição ou reedição de três obras diretamente motivadas pela efeméride: *História da Independência no Maranhão e Símbolos nacionais do Brasil e estaduais do Maranhão*, ambas escritas por Mário Meireles; e a *História da Independência da província do Maranhão (1822-1828)*, publicada originalmente por Luís Antônio Vieira da Silva, em 1862.⁷

Meireles era figura de proa da historiografia maranhense. Autor da *História do Maranhão*, em 1960, compêndio que gravaria seu nome como principal historiador daquela geração, também se destacara noutra efeméride: os 350 anos da “fundação francesa” do Maranhão, comemorados em 1962.⁸ Contudo, a sua

4 Sobre a passagem dos restos mortais do imperador pela Bahia, Janaína Cordeiro (2012, p. 77-79) atendeu para o pouco entusiasmo da população, mesmo com o recurso dos organizadores de fazê-la coincidir com o 2 de julho, marco da incorporação da Bahia ao Império do Brasil em 1823 e importante feriado local. Sobre o Pará, Cleudir Moraes (2006) acenou para as articulações entre os “dois sesquicentenários”, em 1972 e 1973.

5 Com base no noticiário sobre essa movimentação, Adjovanes Almeida (2009, p. 220) e Janaína Cordeiro (2012, p. 73) afirmaram que a capital recebeu delegações de cento e trinta municípios maranhenses para visitar os despojos, depositados na catedral da Sé; o público total de visitantes teria sido de cinco mil pessoas. Sobre outra ocasião, o 7 de setembro, Almeida ressaltou que cem mil pessoas participaram dos festejos nas ruas de São Luís (p. 240).

6 Em outra oportunidade, sustentei a ideia de desconforto da historiografia maranhense em relação ao tema, motivado por premissas poderosas que orientaram por muito tempo temas nacionalizantes, como a Independência: a ideia de “atraso” e conseqüente resistência “antipatriótica” (Galves, 2015, p. 21-53). O impulso de 1972 teve poucos desdobramentos nas décadas seguintes, situação modificada com a renovação promovida a partir dos trabalhos de Matthias Assunção (2004; 2005).

7 O livro *Símbolos nacionais* foi inserido no circuito da efeméride não por abordar o tema da Independência, mas por exaltar símbolos pátrios, também em perspectiva estadual. No paratexto, pode-se ler: “Edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Sete de setembro de 1972” (Meireles, 1972a). No mesmo contexto, a CEC publicou o livro *Símbolos nacionais e bandeiras históricas do Brasil* (Comissão, 1972).

8 Para aquele momento, e na condição de presidente da Academia Maranhense de Letras, Meireles publicou o livro *França Equinocial* (1962) e envolveu-se ativamente nas comemorações. Um ensaio sobre o

História da Independência (1972b) era largamente devedora à narrativa formada por Vieira da Silva, primeira obra de fôlego sobre o tema e única até aquele momento.⁹ Reeditar o livro de Vieira da Silva, com alguns ajustes, parecia ser a forma mais eficaz de inserir o Maranhão na bibliografia motivada pelo Sesquicentenário.¹⁰

Nesse cenário, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (Sudema), que à época editava a Coleção São Luís, responsável pela reedição de obras raras, inseriu o livro de Vieira da Silva em seu rol de publicações. A *História da Independência* foi publicada como volume 4 da coleção.¹¹

Para os limites deste trabalho, pretendo explorar os bastidores que conformaram a reedição da obra de Vieira da Silva:¹² a decisão de reeditá-la, ante outras possibilidades situadas em um ambiente de disputas intelectuais; certa leitura sobre quais contribuições seu conteúdo ensejava para aquele momento de efeméride; e o formato que o livro ganhou, com modificações e acréscimos que o aproximaram do ambiente das comemorações do Sesquicentenário. Para tanto, recorro prioritariamente à correspondência privada, pertencente a Benedito Buzar,¹³ à época chefe de gabinete da Sudema,¹⁴ composta por cartas que lhe foram encaminhadas por Raimundo Nonato Cardoso,¹⁵ responsável,

personagem, incluídas as informações aqui utilizadas, pode ser consultado em Regina Helena Martins de Faria (2014, p. 219-238). No momento do Sesquicentenário, Meireles ocupava cargos e marcou presença nos festejos, tema retomado adiante.

9 Uma análise comparativa das duas obras foi realizada por Felipe Ucijara Mendes (2010).

10 O Conselho Federal de Cultura (CFC) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) compuseram a Comissão Nacional e, na CEC, integraram a Subcomissão de Assuntos Culturais. Não por acaso, os festejos recorreram amplamente a uma tradição historiográfica de base oitocentista, materializada em uma série de discursos proferidos e livros publicados, como a Biblioteca do Sesquicentenário, composta por dezoito volumes, em uma parceria entre a CEC e o IHGB. Para a composição da biblioteca, ver Thaisy Sosnoski (2013).

11 Noutro contexto, ainda no mesmo ano, o livro *Símbolos nacionais*, de Mário Meireles, foi publicado como volume 5 da coleção.

12 Não se trata, portanto, de texto centrado na análise do livro de Vieira da Silva, ou na trajetória do autor, propósitos que orientaram o trabalho de Marcelo Cheche Galves e Felipe Ucijara Mendes (2014).

13 Benedito Bogéa Buzar foi deputado estadual, cassado em 1964. Posteriormente, e por décadas, ocupou cargos em diversas secretarias de estado no Maranhão. Atualmente, é o presidente da Academia Maranhense de Letras.

14 Buzar foi o único chefe de gabinete durante o período de existência do órgão, de 1966 a 1972.

15 São poucas as informações sobre Cardoso. Nascido no Maranhão, viveu grande parte da vida no Rio de Janeiro. Atuou no Serviço de Imprensa do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e em alguns jornais. Mais do que operacionalizar as publicações, escreveu orelhas e prefácios das obras, revisou-as, acrescentou notas e documentos. Seus textos demonstram grande conhecimento sobre documentos/obras referentes ao Maranhão. Alguns dados biográficos podem ser consultados em Jucey Santana (2016, p. 234).

no Rio de Janeiro, por operacionalizar as reedições promovidas pela Coleção São Luís.¹⁶ *Pari passu*, considero as entrevistas¹⁷ realizadas com o próprio Buzar, e com Joaquim Salles de Oliveira Itapary Filho e Celso Antônio Lago Beckman, que ocuparam o cargo de superintendente da Sudema durante os governos de José Sarney (1966-1970), Antônio Dino (1970-1971) e Pedro Neiva de Santana (1971-1975).¹⁸

A Coleção São Luís: planejamento, progresso (e Independência)

Em mensagem à Assembleia Legislativa do Maranhão, no início de 1967, o governador José Sarney (1966-1970) exaltou, entre os feitos do ano anterior, a criação da Sudema, “onde conseguiu reunir um grupo de técnicos altamente qualificados para a tarefa de planejar o progresso do estado [...]”.¹⁹ Rapidamente, como transparecem as mensagens à Assembleia Legislativa nos anos de 1967 e 1968, a Sudema assumiu um grande leque de responsabilidades, concentrou recursos orçamentários e orientou as atividades de diversos entes estaduais.

Naquele cenário, a perspectiva de planejamento e progresso era fortemente influenciada pela ideia de que as ações deveriam ser subsidiadas por informações sistematizadas sobre um diverso campo de interesses. A Sudene, órgão de origem de Joaquim Itapary, fundou sua biblioteca em 1960, na cidade de Recife, com a finalidade mais ampla de “preservar a memória institucional e subsidiar as atividades desenvolvidas pelo corpo técnico da instituição na elaboração, análise e execução dos planos e programas, considerados de interesse para o

16 A correspondência compreende apenas o período entre 14 de julho de 1971 e 25 de julho de 1972 e é composta por cerca de trinta cartas endereçadas por Cardoso a Buzar e a outras autoridades estaduais; também constam algumas correspondências trocadas com os donos das gráficas responsáveis pelas publicações da Coleção São Luís e de outros impressos pertencentes ao governo do Maranhão. Os documentos me foram gentilmente disponibilizados por Benedito Buzar, a quem agradeço.

17 E também, mais esporadicamente, notícias veiculadas nos periódicos de São Luís relacionadas à agenda do Sesquicentenário.

18 Itapary era oriundo da Sudene e foi cedido ao governo do estado, junto com outros técnicos, já no início da administração de José Sarney, momento em que participou do planejamento estratégico que resultaria na criação da Sudema. Em meados de 1970, foi substituído por Celso Beckman, que também integrou os quadros do órgão desde a sua criação. Joaquim Itapary, entrevista, 5 dez. 2020.

19 Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo governador dr. José Sarney Costa por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1967, p. 5. A Sudema foi criada pela lei n. 2.669, de 29 de julho de 1966. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), São Luís, Maranhão, acervo digital. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150902143306.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

desenvolvimento regional”.²⁰ Pensando agora em termos estaduais, era preciso “conhecer o Maranhão”.²¹

Nesse sentido, Joaquim Itapary informou sobre o trabalho que iniciou de recolhimento de “tudo o que existia”, perspectiva que incluía livros antigos e estatísticas, forma inicial de enfrentamento da “carência de informações históricas, geográficas e sociais”.²² Noutra frente, a difusão de dados e interpretações sobre o Maranhão motivou a criação da Coleção São Luís.

Se as coleções publicadas naquele momento em cidades como São Paulo refletiam o vigor de campos intelectuais em vias de profissionalização, mesclado a novas edições de obras raras, esgotadas,²³ a Coleção São Luís teve-se de início à reedição de obras consideradas como de referência para a historiografia maranhense. No Maranhão, tal profissionalização ocorreria muito mais tarde.²⁴

Itapary ainda ressaltou a dificuldade de acesso, à época, a um conjunto de títulos sobre o Maranhão, alguns deles acessíveis apenas na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Ainda que sem precisar os critérios para a escolha das primeiras reedições – outras obras raras, também importantes, poderiam ter sido escolhidas –, o fato é que, em 1970, foram publicados os três primeiros volumes da coleção: *Compêndio histórico político dos princípios da lavoura do Maranhão*, de Raimundo Gaioso (1818); *Uma região tropical*, de Raimundo Lopes (1916); e o *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*, de César Marques (1870).²⁵

A saída de José Sarney do governo, em meados de 1970, para disputar uma vaga no Senado²⁶ provocou mudanças na Sudema. A questão sucessória que se aproximava causou dissenso em sua base de governo, motivado pelo apoio dado a Pedro Neiva de Santana, então secretário da Fazenda, para que fosse o escolhido

20 Biblioteca Celso Furtado. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/sobre-a-biblioteca-celso-furtado>. Acesso em: 20 fev. 2022.

21 Ponto ressaltado nas entrevistas de Joaquim Itapary (5 dez. 2020) e Celso Beckman (11 mar. 2021).

22 Joaquim Itapary, entrevista, 5 dez. 2020.

23 Sobre as coleções Brasileira e História Geral da Civilização Brasileira, editadas antes, durante e após o período aqui considerado, ver o trabalho de Giselle Venâncio e André Furtado (2013). Sobre a Coleção Brasileira, ver também Eliana de Freitas Dutra (2006).

24 O já citado trabalho de Regina Faria (2014), sobre Mário Meireles, oferece importantes pistas sobre a formação autodidata do autor (comum naquele momento), principal referência da historiografia maranhense até, pelo menos, as décadas de 1980/1990.

25 O acervo de Benedito Buzar (ABB) sugere que os primeiros exemplares do dicionário só ficaram prontos no final de 1971. Os problemas com a Cia. Editora Fon Fon e Seleta (RJ), que também imprimiu *Uma região tropical*, aparecem até maio de 1972. O responsável pela editora era o “Jânio”, a quem Buzar me esclareceu se tratar do jornalista Jânio de Freitas. Benedito Buzar, entrevista, 8 jan. 2021.

26 Lembro que, em 1970, ocorreram eleições diretas para cargos do Legislativo e indiretas para cargos do Executivo.

pela Assembleia estadual, com a anuência do presidente Médici. Pedro Neiva se desentendera com os técnicos da Sudema desde a sua criação;²⁷ a preferência por seu nome já acenava para o enfraquecimento do órgão. Ao suceder Sarney, o vice-governador Antônio Dino (1970-1971) promoveu a substituição de Joaquim Itapary por Celso Beckman na superintendência.

Não é propósito aqui explorar as razões, tampouco as consequências, das mudanças vividas pela Sudema naquele momento. Contudo, cabe observar o gradativo esvaziamento das funções do órgão e, importante, certo desinteresse em dar continuidade à Coleção São Luís, possivelmente confrontado pela agenda do Sesquicentenário, tema explorado a seguir.

Nos bastidores da reedição

A correspondência analisada, com início em 14 de julho de 1971, não faz qualquer menção a projetos de publicação – futuros ou em andamento – no âmbito da Coleção São Luís, até janeiro de 1972. Com alguma frequência, Cardoso relatou a Buzar os atrasos e problemas técnicos com a publicação do *Dicionário histórico-geográfico*; também informou sobre a entrega dos últimos exemplares de *Uma região tropical*.

A única novidade, em termos de títulos da coleção, era a insistente demanda de Cardoso para que fossem publicados o Índice do dicionário histórico-geográfico e o trabalho de Antônio Lopes sobre a mesma obra, previstos inicialmente para integrar a reedição do dicionário; mais adiante, incluiu na demanda por novas publicações a *Bibliografia e o documentário do Maranhão no Rio de Janeiro*, referência não localizada.²⁸ A correspondência também demonstra que Cardoso era responsável por outras publicações vinculadas à Sudema, como o *Plano de governo (1971-1974)*²⁹ e o *Anuário*, de 1971, provável alusão às informações sistematizadas sobre o Maranhão, a serem publicadas no anuário do IBGE.³⁰

27 Como secretário da Fazenda, Pedro Neiva incomodava-se com o poder do novo órgão, especialmente relacionado ao planejamento e execução orçamentária.

28 O índice foi elaborado por Cardoso; já o trabalho do escritor Antônio Lopes foi realizado com o intuito (não concretizado) de publicação de uma segunda edição do dicionário, no final da década de 1940. Na orelha do livro *Símbolos nacionais*, último da coleção, Cardoso reiterou o desejo de que as duas obras ainda a integrassem, juntamente com a *Bibliografia da história do Maranhão*, que informava contar com a colaboração de Domingos Vieira Filho, diretor do Departamento de Cultura no governo de José Sarney.

29 Impresso em dois volumes pela Cia. Editora Americana, sediada no Rio de Janeiro. Tive acesso aos exemplares na biblioteca particular de Benedito Buzar.

30 A correspondência também evidencia a atuação de Cardoso junto ao escritório do governo do Maranhão sediado no centro do Rio de Janeiro (na rua México, depois na rua Senador Dantas), à época

A provável inexistência de projetos de publicação em andamento e a posterior escolha da obra de Vieira da Silva para dar sequência à coleção indicam não apenas o peso da agenda do Sesquicentenário para aquele momento, mas também a hipótese de que a coleção só teve uma sobrevida por conta da efeméride.³¹

Ademais, uma nova edição de Vieira da Silva não cumpria exatamente o propósito anterior da coleção, de publicação de obras que subsidiassem a compreensão histórica da formação do Maranhão. De grande contribuição e ineditismo sobre a temática da Independência na província, o livro não se propõe a produzir uma interpretação mais estrutural sobre o lugar ocupado pelo território naquele momento de rupturas no mundo luso-brasileiro.³² Basicamente, apresenta uma história da guerra na província, a partir de documentos preservados no Maranhão.³³ Evidentemente, caso se decidisse por uma reedição relacionada à Independência, a obra de Vieira da Silva não teria concorrência.

Na correspondência de 19 de janeiro de 1972 ocorre a primeira referência, ainda genérica, a uma “publicação sobre a Independência”.³⁴ Animado com a notícia que afirmava ter recebido, Cardoso solicitou a Buzar recursos para “xerox e clichês”, e uma pessoa para pesquisar “na biblioteca” ou “em qualquer outro lugar [do Maranhão]”.³⁵

chefiado por Raimundo Alves Maranhão. Ex-capital federal, o Rio de Janeiro ainda funcionava como local para reuniões entre autoridades, comumente realizadas no palácio Monroe, antigo prédio do Senado, próximo ao escritório do governo do Maranhão.

31 Como contraponto às considerações que seguem, registro que Joaquim Itapary afirmou que a decisão de publicar o livro de Vieira da Silva havia sido tomada ainda na sua gestão (1966-1970), sem qualquer relação com o Sesquicentenário, e que foi motivada pela importância da obra para se compreender o Maranhão. Joaquim Itapary, entrevista, 5 dez. 2020.

32 Sobre a estrutura da narrativa, concentrada em 1823, com recuos até 1819 e avanços até 1828, ver Marcelo Cheche Galves e Felipe Ucijara Mendes (2014).

33 Em carta escrita a César Marques, em 1870, Vieira da Silva afirma que começou a coligir documentos ainda em 1854, em São Luís, quando ocupou a chefia da Secretaria de Governo da província. O livro foi publicado, no Maranhão, durante o seu primeiro mandato como deputado geral (1861-1863), no Rio de Janeiro. Entre 1861 e 1889, Vieira da Silva ocupou cargos, na corte e nas províncias, de maneira quase ininterrupta (Galves; Mendes, 2014).

34 Pouco antes, o jornal *O Imparcial* noticiou o lançamento da *História da Independência no Maranhão*, de Mário Meireles, “obra científica da maior expressão”. *O Imparcial*, n. 17.198, 9 jan. 1972, p. 14. BPBL, São Luís, Maranhão, seção de periódicos. Talvez essa iniciativa tenha motivado ou acelerado as conversas para mais uma publicação sobre o tema. O livro de Meireles foi publicado no Rio de Janeiro, pela editora Artenova, pertencente a um “amigo de Sarney”, ver: Cezar Motta (2020, p. 120).

35 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 19 jan. 1972. Trata-se de duas correspondências parecidas, com a mesma data. Uma manuscrita e a outra, como de hábito, datilografada. Na segunda, Cardoso informou que o primeiro bilhete fora escrito às pressas, na Biblioteca Nacional, para não perder o correio. É possível que já tivesse iniciado o trabalho de pesquisa junto aos acervos. À demanda por “xerox e clichês”, comum na correspondência, seguiu-se a solicitação para “despesas com microfilme”.

À frente da coleção no Rio de Janeiro, Cardoso era, como já informado, muito mais do que um responsável técnico pelas edições, que contaram com o seu trabalho de elaboração de notas, correções e acréscimos documentais.³⁶ À segunda edição do livro de Vieira da Silva, copiado de um exemplar da Biblioteca Nacional,³⁷ acrescentou grande soma de documentos, como se verá. Sobre a pesquisa a ser realizada no Maranhão para incremento dessa nova edição, parece não ter sido concretizada. Entre os elementos pré-textuais que compuseram a reedição, há um comunicado de Cardoso, em nome da Sudema, informando que “para este trabalho, determinado pela Sudema, foi pesquisada apenas a documentação histórica do Maranhão que se encontra no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (grifo nosso). A ressalva grifada e o silêncio no restante da correspondência reforçam tal hipótese.

De todo modo, e ainda sem a definição de qual obra seria editada, Cardoso tomou outras providências. Na mesma semana, pediu ao “Hadade”³⁸ “dois orçamentos para o livro que a Sudema pode apresentar pelas comemorações da Independência” e exigiu que o livro ficasse pronto em julho.³⁹ Aqui, é evidente o intuito de realizar o lançamento durante a passagem dos restos mortais do imperador por São Luís, prevista para os dias 13, 14 e 15 de julho – questão recorrente nas correspondências seguintes e também no produto final apresentado, como se verá.

A primeira referência explícita à reedição de Vieira da Silva aparece em correspondência do início de fevereiro de 1972, momento em que Cardoso defendeu a ideia junto a Buzar:

Quanto à projetada publicação da Independência, só hoje, como já lhe disse, eu daria o meu voto sobre o que teríamos a fazer, dentro da linha de reedições que a Sudema vem fazendo, desde Gaioso. Expus o meu ponto de vista ao dr. Celso [Beckman] e repito-o aqui: Luís Antônio Vieira da Silva é um dos melhores nomes de um tempo bom do Segundo Império, no Maranhão. Foi ele quem escreveu o que ainda possuímos de

36 Cabe acrescentar a memória dos superintendentes da Sudema sobre o seu trabalho. Joaquim Itapary referiu-se a ele como o “cabeça das publicações”; segundo Celso Beckman, Cardoso “cuidava de tudo”. Entrevistas concedidas, respectivamente, em 5 de dezembro de 2020 e 11 de março de 2021.

37 Apenas o volume 1, de Raimundo Gaioso, foi publicado em fac-símile.

38 Responsável pela Cia. Editora Americana, que imprimiu o livro de Raimundo Gaioso (volume 1 da coleção) e imprimiria a obra de Vieira da Silva. A editora também publicou o volume subsequente da coleção (*Símbolos nacionais*, de Mário Meireles) e o *Plano de governo (1971-1974)*. As referências ao “Hadade” são bastante comuns na correspondência.

39 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 25 jan. 1972.

melhor sobre a história da Independência do estado (*História da Independência da província do Maranhão – 1862*) e parece oportuno, imprescindível que a Sudema renove essa publicação, principalmente agora [...].⁴⁰

Na sequência, deu pistas sobre como vislumbrava essa segunda edição e evidenciou que o trabalho de pesquisa, em andamento nos acervos do Rio de Janeiro, tinha como objetivo o acréscimo de documentos e imagens a essa obra, especificamente:

Esse livro, que não daria quatrocentas páginas, inclui, entretanto, a transcrição de importantes documentos históricos que não são, apesar disso, os mais importantes desse período político do Maranhão e só podem ser encontrados, com mais facilidade, aqui no Rio de Janeiro. A divulgação dessas peças, todas inéditas, interessantes, notáveis [...] e mais tudo o que se possa encontrar em matéria de gravuras e um bom estudo sobre Cochrane e sua atuação na província, com a apresentação de documentos, também inéditos, não sei se pode haver coisa mais oportuna, mais brilhante [...]. E tudo o que eu possuo de mais pronto está “engatilhado” nesse sentido, sendo esse trabalho tanto mais recomendável por não dispormos de mais tempo para trabalho talvez mais profundo [...].⁴¹

Ainda em fevereiro, e já em meio às providências para a nova edição, Cardoso teceu considerações mais pragmáticas sobre o livro de Vieira da Silva e a participação do Maranhão no Sesquicentenário: “Não é um livro bom, mas é o único que temos sobre a Independência no Maranhão e isto me entusiasma muito [...] de qualquer modo, não ficaremos atrás dos outros estados, nas comemorações de setembro”.⁴²

Por mais que a escolha de Vieira da Silva parecesse óbvia – afinal, era a única obra de porte sobre a Independência no Maranhão –, a sequência da correspondência transparece as críticas à publicação, acompanhadas por um conjunto de impressões superficiais sobre a obra, pano de fundo de disputas no meio intelectual maranhense, tangenciadas aqui.

⁴⁰ ABB, carta de Cardoso para Buzar, 2 fev. 1972. Nessa correspondência, Cardoso resume a conversa que teve, no Rio de Janeiro, com Celso Beckman, então superintendente da Sudema.

⁴¹ ABB, carta de Cardoso para Buzar, 2 fev. 1972. Desde o final de janeiro, em diversas ocasiões, Cardoso ressaltou a importância da liberação de recursos que viabilizassem a inclusão de documentos e gravuras no livro a ser publicado.

⁴² ABB, carta de Cardoso para Buzar, 25 fev. 1972. Como já salientado, as preocupações com “setembro” foram antecipadas pelos preparativos para “julho”.

Antes de prosseguir, cabe salientar que a utilização dessa correspondência privada, basicamente composta por registros produzidos por Cardoso – as respostas de Buzar, por exemplo, não foram preservadas –, pode levar à equivocada conclusão sobre o protagonismo do personagem na escolha do título a ser publicado. Evidentemente, se não era um “mero técnico”, Cardoso também não detinha esse poder de escolha, que envolvia um conjunto de relações de poder mais amplo, e nem sempre captável a partir da documentação disponível. Portanto, a correspondência aponta, antes de tudo, para as interlocuções e tensões em curso.

Na primeira vez em que defendeu a publicação de Vieira da Silva, Cardoso afirmou, de passagem, que para opinar sobre isso “bastaria ouvir o Sarney e o Domingos”.⁴³ Ao longo do mês de fevereiro, a decisão de reeditar a obra sofreu críticas de figuras próximas ao governador Pedro Neiva de Santana. Em carta dirigida a Buzar, Cardoso relatou uma conversa que teve com o governador, no Rio de Janeiro, em que outras possibilidades foram aventadas.⁴⁴

Sobre o livro de Vieira da Silva, Odylo Costa Filho⁴⁵ teria dito ao governador que era “muito chato”; crítica acrescentada à própria leitura (rápida) que o governador teria feito do livro – não sei em quais condições –, que o levou a concluir que é todo “sobre Fidié, do Piauí”.⁴⁶ O registro desse trecho da conversa serviu a inúmeras considerações de Cardoso sobre o meio intelectual

43 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 2 fev. 1972. Trata-se de Domingos Vieira Filho, personagem já apresentado. Buzar informou sobre a longevidade das relações entre Sarney e Cardoso, e que alguns discursos proferidos por Sarney foram elaborados por Cardoso. Benedito Buzar, entrevista, 8 dez. 2020. Na correspondência, Cardoso referiu-se a um convite que teria recebido de Sarney, já senador, para que trabalhasse em uma publicação do Congresso. ABB, carta de Cardoso para Buzar, 4 jul. e 13 jul. 1972.

44 As considerações a seguir tomam como referência duas cartas, escritas na mesma data. ABB, carta de Cardoso para Buzar, 26 fev. 1972.

45 Jornalista e escritor, era figura de grande trânsito nos meios políticos e literários do Maranhão e do Rio de Janeiro. Naquele momento, era suplente de José Sarney no Senado; em 1970, tomara assento na Academia Brasileira de Letras (ABL), tempo em que já era membro da Academia Maranhense de Letras (AML).

46 Como já observado, trata-se em grande medida de uma “história da guerra” na província, travada na fronteira leste e imediações, a partir do avanço das tropas independentistas do Ceará e Piauí. Logo, uma leitura descuidada pode concluir pelo “protagonismo do Piauí”, reforçada pelo deslocamento do governador de armas João José da Cunha Fidié, derrotado naquela província, para a vila de Caxias, no Maranhão, onde comandou a resistência aos independentistas.

maranhense, com duras críticas a Odylo,⁴⁷ extensivas a Josué Montello⁴⁸ e a Mário Meireles.⁴⁹ Faltaria a essas figuras o gosto pela pesquisa, pela remontagem da “origem da verdade histórica”, assertiva que sustentou a apresentação de uma série de erros que teriam cometido em seus livros, ou em rodas de conversas com autoridades e outros intelectuais.

Com a reedição de Vieira da Silva em dúvida, Cardoso relatou que a conversa enveredou por alternativas como uma nova edição dos *Anais*, de Berredo,⁵⁰ e a elaboração de um concurso para a escolha de uma nova publicação sobre o tema.

Sobre a primeira hipótese, conjeturou ironicamente sobre quem seria “mais chato”: Vieira da Silva ou Berredo, o “homem mais empolado que já escreveu sobre história?”. Ademais, a ideia de reeditar Berredo não parecia se sustentar em uma percepção mais elaborada sobre sua contribuição: o argumento utilizado foi que a então primeira-dama Eney Tavares de Santana seria sua descendente...⁵¹

Quanto ao concurso, as críticas de Cardoso recaíram sobre eventuais manobras de favorecimento e, principalmente, sobre a qualidade e a originalidade de um trabalho que deveria estar pronto até julho. A respeito, resta a dúvida se o concurso organizado pouco depois pela Academia Maranhense de Letras (AML)⁵² – que tinha Odylo Costa Filho entre seus membros – é o mesmo vislum-

47 Cardoso parecia acreditar que Odylo desejara, desde o início, o seu lugar à frente das operações relacionadas à Coleção São Luís. Não exatamente como um “executor de tarefas”, mas como autor de notas, prefácios, enfim, atividades intelectuais que reforçariam sua condição de representante das letras do Maranhão. Tal hipótese é de difícil comprovação, mas registro que Buzar informou a possibilidade de ter havido “pressão de Odylo e Josué contra Cardoso”. Benedito Buzar, entrevista, 8 dez. 2020.

48 Integrante da ABL desde 1954, Montello ocupou lugar de destaque nas comemorações do Sesquicentenário. Presidiu a Comissão de História Cultural do Congresso de História da Independência e coordenou a publicação da *História da Independência do Brasil*, duas iniciativas do IHGB. Contudo, as críticas de Cardoso não se referiam a essa atuação e não serão exploradas aqui.

49 Além de queixar-se da pouca originalidade de alguns de seus escritos, Cardoso criticou o fato de Meireles ter adjetivado Cochrane como “famigerado”, em provável referência a trecho do livro *História do Maranhão*, publicado em 1960, mas indicado por Cardoso como sendo de 1964. A discussão envolvendo o almirante Cochrane será retomada adiante.

50 Bernardo Pereira de Berredo governou o Maranhão entre 1718 e 1722; em 1749, publicou em Lisboa os *Anais históricos do estado de Maranhão*. A primeira edição brasileira, e única até aquele momento, data de 1859.

51 Ainda assim, a hipótese da reedição, não concretizada, teve algum desdobramento paralelo ao trabalho para a nova edição de Vieira da Silva. No final de março, Cardoso informou a Buzar que o superintendente lhe pedira, reservadamente, que providenciasse um orçamento para a impressão do livro de Berredo. ABB, carta de Cardoso para Buzar, 23 mar. 1972. Sobre a descendência da primeira-dama, não obtive mais informações.

52 Ao longo do mês de abril de 1972, O Imparcial deu ampla divulgação ao Concurso Literário Independência, que premiaria os melhores trabalhos sobre o tema. A entrega dos prêmios e certificados pela AML estava prevista para 1º de setembro – e não julho, o que sugere se tratar de outra iniciativa.

brado nessa conversa. De todo modo, como se sabe, tal iniciativa não alterou a escolha da Sudema pelo livro de Vieira da Silva.

Ainda assim, as disputas em torno do título a ser publicado parecem ter provocado a suspensão do projeto. Em 7 de março, Cardoso informava a Buzar a retomada dos trabalhos, “parados desde o dia 26 de fevereiro”.⁵³

Entre cento e dez anos, as duas edições

O livro de Vieira da Silva publicado pela Sudema ampliou consideravelmente o conteúdo original, com o acréscimo de documentos e introdução de gravuras, como desejava Cardoso – mesmo antes da definição do título a ser publicado. Ao defender a impressão da obra, em carta de 2 de fevereiro, Cardoso argumentou que “não daria quatrocentas páginas”; meses depois, viria à luz um livro com seiscentas páginas.⁵⁴

Antes de tratar dos acréscimos documentais, cabe ressaltar que a opção por não publicar uma cópia fac-símile⁵⁵ agregava ao trabalho outras possibilidades, presentes aqui, como a separação/junção de frases, alteração na composição dos parágrafos, atualização gramatical, pequenas modificações de estilo e o significativo acréscimo de cento e cinquenta e três notas.⁵⁶ Basicamente, as notas tinham caráter explicativo, bibliográfico,⁵⁷ ou, e principalmente, remetiam aos arquivos consultados e/ou aos documentos acrescentados como apenso do livro. Na primeira edição, o apenso era composto por quinze documentos; agora, eram noventa e nove.⁵⁸

Ademais, não localizei registros na imprensa local de que tenha ocorrido a premiação. O *Imparcial*, edições de 13, 16, 19 e 25 de abril de 1972. BPBL, São Luís, Maranhão, seção de periódicos.

53 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 7 mar. 1972. A ordem para a retomada foi dada em um telegrama do superintendente Celso Beckman.

54 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 2 fev. 1972. A primeira edição tem pouco mais de quatrocentas páginas.

55 Lembro que apenas o livro de Gaioso, editado como volume 1 da coleção, foi publicado em fac-símile. A questão, aparentemente técnica, tinha uma dimensão mais ampla, pois alterava o papel ocupado por Cardoso nas obras reeditadas. Nas queixas contra Odylo, encaminhadas a Buzar, Cardoso diz se sentir ofendido por um comentário feito por ele, na sua presença, ao saber que o livro de Gaioso seria fac-símile: “Então, não há perigo”. ABB, carta de Cardoso para Buzar, 26 fev. 1972.

56 Recurso inexistente na primeira edição.

57 Os autores consultados por Cardoso, assim como os periódicos, foram acrescentados à bibliografia da segunda edição sem indicativos que os distinguíssem.

58 Os quinze documentos receberam, na segunda edição, respectivamente, a seguinte numeração: 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 98, 99. O documento número 52, originalmente indicado como número 2, estampava um auto de juramento, e foi substituído por seis edições da *Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão*, que incluem o extrato do referido auto. Cardoso acrescentou ainda

Como já observado em correspondência do início de fevereiro de 1972, Cardoso reconhecia a importância dos documentos transcritos na primeira edição, mas anotava não serem “os mais importantes desse período político do Maranhão e só podem ser encontrados, com mais facilidade, aqui no Rio de Janeiro”.⁵⁹ Evidentemente, não estão em discussão aqui os critérios acionados por Cardoso para aferir a importância deste ou daquele documento – tarefa, em si, duvidosa –, mas, sobre a localização dos documentos, cabe registrar que o apenso da primeira edição foi composto integralmente por aqueles não referenciados e possivelmente oriundos de órgãos de governo da província e de jornais em circulação em São Luís na década de 1820.⁶⁰ Agora, Cardoso acrescentava a esse universo uma série de documentos preservados pelo Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e IHGB, devidamente referenciados e acompanhados, quase sempre, por uma ementa.⁶¹

Em linhas gerais, foram incluídos documentos como: decretos, ofícios, portarias, cartas-patente, provisões régias, autos de juramento, cartas particulares e correspondências trocadas entre autoridades provinciais (Maranhão, Piauí e Ceará)⁶² e de Lisboa e Rio de Janeiro.⁶³ Ademais, a edição contou com o fac-símile de um folheto político, além das seis edições da *Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão*, publicadas em agosto de 1823.⁶⁴

Sobre as gravuras que compuseram a segunda edição,⁶⁵ tema recorrente na correspondência aqui utilizada, Cardoso manifestara, ainda no final de janeiro de 1972, o desejo de “desencavar fotos dessa gente toda, principalmente aqui [no

um índice dos documentos organizado em ordem alfabética, por nome do autor.

59 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 2 fev. 1972.

60 Marcelo Cheche Galves e Felipe Ucijara Mendes (2014), em trabalho sobre o autor e o livro, não tiveram acesso naquele momento à primeira edição, o que induziu ao erro de considerarem que os documentos preservados nos arquivos do Rio de Janeiro compusessem o seu apenso.

61 Eventualmente, recorreu a extratos desses documentos, acessados por intermédio da bibliografia que consultou.

62 Trata-se de correspondências de emissários da Confederação do Equador.

63 A documentação incluída abrange o período de 1812 a 1825. Sobre os documentos procedentes da primeira edição, o último data de 1828, possivelmente como forma de demarcar o recorte temporal, anunciado desde o título.

64 Quase a totalidade dos documentos apensos foi transcrita por Cardoso. Além do folheto e do periódico, recorreu ao fac-símile apenas no anexo ao documento número 20, referente à escritura de patrimônio na vila de Itapecuru-Mirim. Na quarta capa, incluiu o fac-símile da assinatura dos membros da primeira Junta de Governo do Maranhão após a Independência.

65 Inexistentes na primeira edição.

Rio de Janeiro]”, em uma referência às figuras da Independência no Maranhão, segundo ele ainda pouco conhecidas.⁶⁶

De fato, entre as 16 imagens acrescentadas, nem sempre articuladas aos conteúdos dos trechos em que foram inseridas, constam sete retratos de autoridades civis e militares do Maranhão e Piauí, número talvez menor que o desejado inicialmente; destaque também para a reprodução de seis imagens, referentes a cinco jornais impressos em São Luís na década de 1820.⁶⁷

Ainda sobre as imagens, o paratexto incluiu um retrato de Luís Antônio Vieira da Silva e, importante, um retrato de d. Pedro I,⁶⁸ acompanhado pela legenda “Entre os papéis da história da Independência do Brasil, há provas de que o imperador d. Pedro I preocupou-se, particularmente, com a província do Maranhão” (Vieira da Silva, 1972), noção que parece ter orientado também a escolha de alguns documentos. Como já salientado, d. Pedro I fora eleito pela ditadura civil-militar como o personagem central dos festejos, e as escolhas de Cardoso alinhavam-se a esse propósito.

Quanto a outros elementos pré-textuais, Cardoso produziu, sob o título “Notas”, um texto protocolar, com louvores à trajetória política de Vieira da Silva e informações biográficas que o vinculavam às principais famílias da terra. Apenas em dois momentos permitiu-se alguma consideração mais crítica sobre a obra, sem antes realçar que, mais de cem anos depois, permanecia como “a fonte de todo o conhecimento que se tem exigido sobre esta parte da história da província” (Cardoso, 1972, p. 11).

Assim, observou que Vieira da Silva evitara aprofundar-se em questões que levariam a embates contra os portugueses, ainda presentes no Maranhão – nos tempos de Vieira da Silva e de Cardoso, questão retomada adiante. A respeito, notou que “ainda hoje, nenhum historiador do Maranhão seria capaz de golpear Portugal sem se golpear a si mesmo [...]” (Cardoso, 1972, p. 10), assertiva indiretamente retomada na última página da nota, quando aventou a hipótese de as circunstâncias terem imposto muitas omissões ao autor.⁶⁹

66 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 28 jan. 1972.

67 Curiosamente, o livro incluiu a primeira página da última edição do jornal *O Conciliador*, n. 212, de 23 de julho de 1823 (p. 125). Essa edição não existe no acervo atual da Biblioteca Nacional (que termina no número 210), tampouco foi localizada em outro arquivo. Por essa razão, o livro é comumente citado como referência para a existência das últimas duas edições do jornal.

68 Dom Pedro I, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Quadro a óleo de Simplicio Rodrigues de Sá, pintor da Câmara de S. M. Imperial, feito no Rio de Janeiro em 1828. Gravura de Edward Smith, em Liverpool, 1827.

69 Na página 227 (nota 92) Cardoso acrescentou uma rara nota crítica ao livro, a respeito das omissões praticadas por Vieira da Silva.

Contudo, em sentido inverso, um “Maranhão brasileiro” emerge da orelha do livro, também escrita por Cardoso. Aqui, o “passado nacional”, em efeito circular, remonta à Revolta de Beckman, passa pela Independência, e chega ao Sesquicentenário:

Associando-se às comemorações com que o país assinala os 150 anos da sua emancipação política, e no momento mesmo em que os restos mortais do fundador do Império, transladados de Portugal, chegam ao Maranhão em peregrinação cívica e são velados pelo povo, cujos antepassados tanto se distinguiram na luta pela unidade brasileira, desde o movimento econômico-nativista de 1684, com Bequimão, à guerra civil de 1822-1823 [...]. Este livro é, sobretudo, um documentário [...] o mais alto e mais sério registro do protesto separatista no Maranhão. (Cardoso, 1972)

Por fim, se a nova edição contemplou as intenções manifestadas por Cardoso desde fevereiro de 1972 (notas, documentos, gravuras...), uma tarefa não foi realizada: a inclusão de “um bom estudo sobre Cochrane e sua atuação na província, com a apresentação de documentos, também inéditos [...]”.⁷⁰ A razão para essa ausência talvez possa ser depreendida pela leitura da própria correspondência.

Em 26 de fevereiro de 1972, nas cartas em que sistematizou um conjunto de críticas a Odylo, Montello e Meireles, Cardoso sustentou que o desconhecimento sobre a atuação de Cochrane no Maranhão era tamanho que as atividades do Sesquicentenário no estado cogitaram incluir o tombamento de um edifício na rua do Egito, no centro da cidade de São Luís, em alusão ao local em que o almirante teria participado de um banquete. Após afirmar ter “lido muito sobre Cochrane”, sustentou que o almirante não saiu do navio durante a sua permanência em São Luís.⁷¹

No mesmo contexto, afirmou ter sido informado pelo governador Pedro Neiva de Santana que uma “personalidade da Marinha” lhe pedira a construção de uma estátua para Cochrane, também por ocasião da efeméride. Antes de opinar sobre a proposta – que lhe pareceu inexecutável –, Cardoso ressaltou que o governador “não simpatiza com o almirante”, aversão que dizia compreender.

⁷⁰ ABB, carta de Cardoso para Buzar, 2 fev. 1972.

⁷¹ Nas correspondências que produziu em sua primeira passagem pelo Maranhão, entre julho e setembro de 1823, Cochrane informou estar a bordo da nau Pedro I, exceto em 16 de setembro, quando assinou documentos na Fortaleza de Santo Antônio, nos arredores de São Luís. Não localizei registros sobre a circulação de Cochrane pelas ruas da cidade ou de participação em tal banquete. Agradeço a Roni César Andrade de Araújo pelas informações utilizadas nessa nota.

Em sua opinião, a afirmação genérica sobre os roubos cometidos por Cochrane carecia de estudos mais aprofundados⁷² e não era a razão principal para a repulsa, que acreditava ter uma motivação mais estrutural:

O português, por muitos motivos, continuou a ser o elemento preponderante da província. Os que nasceram depois da Independência no Maranhão tiveram uma herança terrível: o ódio principal dos pais contra um responsável maior pela desgraça que os atingiu em 1823 [...]. Essa herança, que foi passando de um para o outro, entre a imensa família portuguesa que, ainda hoje, é a imensa família maranhense, não pode dispensar a Cochrane qualquer gesto mais simpático [...].⁷³

É forçoso lembrar que essa explicação de Cardoso, oferecida em âmbito privado, fora timidamente realçada nas “Notas” de introdução, mas contraposta na orelha do livro – ambas escritas por Cardoso –, em que proclamou, como vimos, as lutas de uma província que desde a Revolta de Beckman quis ser Brasil... Tomadas em conjunto, e consideradas as liberdades mais amplamente praticadas em ambientes privados, Cardoso parece ter produzido a orelha do livro para surtir o efeito desejado em momento de forte evocação nacional; sua opinião, nesse caso, não parecia conveniente.

Nos documentos apensos foram acrescentados apenas dois registros de autoria de Cochrane,⁷⁴ intento seguramente mais modesto do que o pretendido por Cardoso, que no final de março de 1972 manifestou sua expectativa (posteriormente frustrada, como vimos) de que as pesquisas sobre Cochrane fossem complementadas no Maranhão. Na ocasião, sabedor dos embates em relação ao personagem, fez duas observações reveladoras do clima em torno de sua memória: que se ateriasse ao que “os atos oficiais contêm” e que encontrara um “documento pavoroso sobre o Cochrane”, ao que complementou: “Se seus adversários hoje o virem, aí então que Cochrane estará perdido no Maranhão...”⁷⁵

Sem o pretendido destaque a Cochrane, o livro parece ter ficado pronto ao longo do mês de junho.⁷⁶ Em 4 de julho, Cardoso lembrou a Buzar que ainda

72 Momento em que apresentou a já citada crítica a Mário Meireles, por tratar Cochrane como “famigerado”. Ainda no contexto do Sesquicentenário, Josué Montello publicou um breve e pouco original trabalho sobre o personagem, sob o título *As contas de Cochrane no Maranhão (1975)*.

73 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 26 fev. 1972. A sequência da carta reitera a ausência de estudos sobre Cochrane e expressa a simpatia de Cardoso pelo personagem.

74 Indicados com os números 58 e 62.

75 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 23 mar. 1972.

76 A correspondência disponibilizada não inclui o período entre 15 de maio e 4 de julho de 1972.

vivia a expectativa de saber a sua opinião sobre o livro, cobrança reiterada em correspondências subsequentes.⁷⁷

De todo modo, a missão havia sido cumprida. O livro chegou a São Luís antes dos restos mortais do imperador.

Considerações finais

Na capa do livro de Vieira da Silva, de maneira pouco usual, constou a informação “Rio, Julho – 1972”. A presença do Sesquicentenário na obra, e, mais especificamente, de sua vinculação ao “julho de 1972”, também aparece na orelha do livro, como já observado. A esse ponto cabe acrescentar que no início do livro, em formato similar ao de uma epígrafe, pode-se ler: “Lançamento desta edição: dia 13 de julho de 1972, data em que os despojos do imperador d. Pedro I se encontram na cidade de São Luís do Maranhão [...]”.

Contudo, se os principais jornais de São Luís deram ampla cobertura à presença dos restos mortais do imperador na cidade, não registraram qualquer atividade referente à publicação ou ao lançamento do livro de Vieira da Silva. A “ausência do autor” e o fato de o mentor da publicação residir no Rio de Janeiro e não pertencer aos círculos intelectuais da cidade talvez explique, em parte, esse silêncio. Some-se a esses fatores a própria situação da Sudema naquele momento, transformada em Secretaria de Planejamento – o que, em termos práticos, significou a sua extinção.⁷⁸

Pari passu, outras mudanças afetavam esse cenário envolvendo as publicações do Sesquicentenário. Mário Meireles assumiu a chefia da Casa Civil do governo de Pedro Neiva de Santana. Seu trânsito no governo envolvia outras articulações: a *História da Independência*, publicada em janeiro de 1972, foi prefaciada por Magno Bacelar, então secretário de Educação e Cultura do estado do Maranhão, que registrou apoio institucional ao livro, “nesta fase em que o civismo e a educação se revigoram, afirmando-se como objetivos prioritários da nação brasileira [...]” (Bacelar, 1972), já no espírito das comemorações do Sesquicentenário. Em tempo: Bacelar era o presidente da Comissão Executiva Estadual (CEE) no Maranhão e Meireles um de seus membros (Corrêa, 1972, p. 26).⁷⁹

77 ABB, carta de Cardoso para Buzar, 4 jul. 1972. Na mesma carta, Cardoso informou ter encontrado José Sarney no dia do envio dos livros para São Luís, e que ele teria gostado do resultado.

78 Cardoso tomou conhecimento da extinção da Sudema no final de junho/início de julho, momento em que o livro de Vieira da Silva já estava pronto.

79 Pouco depois, O *Imparcial* referiu-se a Bacelar como presidente da Comissão de Programação, Incentivo e Coordenação dos festejos. O *Imparcial*, n. 17.224, 10 fev. 1972, p. 3. BPBL, São Luís, Maranhão,

Naquele contexto, a gestão da Cultura vivera importante modificação. No final de 1971, a recém-criada Fundação Cultural do Maranhão (Func)⁸⁰ integrou em sua estrutura diversos órgãos da administração. Para o que nos interessa aqui, cabe pontuar que tais mudanças provocaram a transferência da Coleção São Luís da Sudema para a Func, pelo menos no último suspiro, representado pela publicação do livro *Símbolos nacionais do Brasil e estaduais do Maranhão*, de Mário Meireles, o último da série.⁸¹

Representante oficial do Maranhão no Congresso da História da Independência, organizado pelo IHGB, Meireles marcara sua presença na agenda do Sesquicentenário desde janeiro, como vimos, com a publicação da *História da Independência do Maranhão*. Em agosto, no aniversário da Academia Maranhense de Letras, o acadêmico proferiu uma palestra sobre a Independência do Maranhão. Em nota publicada pelo *Jornal Pequeno*, o presidente da AML convidava para “prestigiarem o expressivo acontecimento”.⁸²

No mês seguinte, tempo da apoteose das comemorações, Meireles publicou o livro *Símbolos nacionais*. Na capa, manteve-se o recurso ao mês/ano, atualizado para: “Rio, Setembro – 1972”; na orelha do livro, Cardoso saudou a obra, “embora não se trate de uma reedição”, e concluiu avisando que, a partir de agora, “à Fundação Cultural do Maranhão competirá selecionar e determinar as próximas edições desta coleção”.

Sobre a segunda edição do livro de Vieira da Silva, seria preciso aguardar algumas décadas para maior repercussão.

seção de periódicos. Bacelar chefiou a Casa Civil em 1971, sendo sucedido por Meireles. Sobre o trabalho da CEE no Maranhão, este é um dos objetos da pesquisa em curso.

80 Lei n. 3.225, de 6 de dezembro de 1971.

81 Em 4 de julho, Cardoso perguntou a Buzar se o livro *Símbolos nacionais*, a ser impresso no Rio de Janeiro, sairia com o patrocínio da Sudema. ABB, carta de Cardoso para Buzar, 4 jul. 1972. Ao final, *Símbolos nacionais* estampou, no frontispício, o nome da Secretaria de Planejamento, e informou, na quarta capa, o patrocínio da Func.

82 *Jornal Pequeno*, n. 6.649, 10 ago. 1972, p. 4. BPBL, São Luís, Maranhão, seção de periódicos.

Os resultados de pesquisa apresentados neste artigo contaram com recursos do CNPq (Bolsa de produtividade em pesquisa – PQ2, processo 310195/2021-7), a quem agradeço, relacionados ao projeto “Historiografia, imprensa e memória: comemorações da Independência no/do Maranhão”, ainda vigente.

Referências

- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 (1. ed., 1983).
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão (1822-1827). In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 345-378.
- _____. Cabanos contra bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004. p. 195-225.
- BACELAR, Magno. Prefácio. In: MEIRELES, Mário Martins. *História da independência no Maranhão*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.
- BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do estado do Maranhão*. 4. ed. São Luís: Alumar, 1988 (1. ed., 1749).
- CARDOSO, Raimundo Nonato. Notas. In: VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p. 9-13. (Coleção São Luís, v. 4).
- COMISSÃO Executiva Central do Sesquicentenário da Independência. *Símbolos nacionais e bandeiras históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- CORREIA, Antônio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. (Biblioteca do Sesquicentenário).
- DUTRA, Eliana de Freitas. *A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira*. In: _____; MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Anablume, 2006. p. 299-314.
- FARIA, Regina Helena Martins de. *O historiador Mário Martins Meireles*. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (org.). *Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café & Lápis, 2014. p. 219-238.
- GALVES, Marcelo Cheche. “Ao público sincero e imparcial”: imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis/ Editora Uema, 2015.
- _____; MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. Luís Antônio Vieira da Silva: O IHGB e a questão da Independência. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (org.). *Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café & Lápis; Editora Uema, 2014. p. 35-56.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.
- MEIRELES, Mário Martins. *História da Independência no Maranhão*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972b.
- _____. *Símbolos nacionais do Brasil e estaduais do Maranhão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972a. (Coleção São Luís, v. 5).

- _____. *França Equinocial*. São Luís: Departamento Universitário de Rádio, Imprensa e Livro, 1962.
- _____. *História do Maranhão*. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001 (1. ed., 1960).
- MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. *Produtos de lugar: a Independência no Maranhão em Luís Antônio Vieira da Silva e Mário Meireles*. 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2010.
- MONTELLO, Josué. As contas de Cochrane no Maranhão. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, 1972, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IHGB, 1975. v. IV. p. 51-53.
- _____. (org.). *História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972. 4 v.
- MORAES, Cleodir da Conceição. *O Pará em festa: política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- MORAIS, Fabrício de Sousa. *Pátria nossa a cada dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar (150º aniversário da Independência do Brasil)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- MOTTA, Cezar. *Por trás das palavras: as intrigas e disputas que marcaram a criação do dicionário Aurélio, o maior fenômeno do mercado editorial brasileiro*. Rio de Janeiro: Máquina do Livro, 2020.
- SANTANA, Jucey Santos de. *Itapecuruenses notáveis*. São Luís: 360º Gráfica Editora, 2016.
- SOSNOSKI, Thaisy. *Historiografia e memória: biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 5-23, jan./jun. 2013.
- VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. (Coleção São Luís, v. 4).
- _____. *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1862. Oliveira Lima Library. Washington DC, Estados Unidos.

Recebido em 27/2/2022

Aprovado em 3/5/2022